

# Quem ensina o professor?

*Educação*

No Brasil, sem dúvida, o caos começa cedo. Na escola de primeiro grau, para sermos mais precisos. Uma pesquisa do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), editada pela Fundação Carlos Chagas, traça um perfil desolador do profissional ao qual se entregou a responsabilidade de educar crianças neste país. Três milhões e quinhentos mil dos educandos de primeiro grau assistem a aulas ministradas por professores que não completaram a oitava série. Esses educadores leigos representam, em termos nacionais, pouco mais de 13% do total, enquanto no Norte e no Nordeste ultrapassam 30% do magistério. A contrapartida salarial completa a estatística da vergonha: só na privilegiada Região Sudeste aqueles incumbidos de capacitar a mão-de-obra do futuro conseguem amealhar um salário médio mensal que atinja US\$ 220.

É a partir de dados como esse, muito reais, que se devem julgar as possibilidades concretas de o Brasil vir a integrar o que se convencionou chamar de Primeiro Mundo. A característica essencial desse grupo de economias industrializadas é a obsessão que os impele a capacitar —

em todos os ângulos que a palavra abranja — o seu capital humano. O espaço, nas preocupações coletivas com a educação fundamental, está na razão direta da percepção de que o excesso de mão-de-obra desqualificada é o maior obstáculo à ocupação de algum lugar no “trem da modernidade”. Que destino histórico se reserva a sociedades com grande oferta de braços comandados por cérebros insensíveis, despreparados mesmo para a convivência elementar, com sinais básicos da Terceira Onda? Quantos arroubos de independência podem tais sociedades alimentar?

Por outro lado, o perfil do educador brasileiro de primeiras letras registrado pelo Ipea contém outros alertas igualmente perigosos. Profissões submetidas a períodos de escolaridade bem inferiores àquele exigido para o magistério alcançam remuneração significativamente superior. É a confirmação estatística dos motivos do perverso estoque oficial de 600 mil professores formados desinteressados da profissão: É a razão pela qual, seja no Rio, seja em São Paulo, as escolas empregam quem “aceita” trabalhar pela remuneração oferecida. O resul-

tado, encontrado por outro estudo da mesma Fundação Carlos Chagas, não poderia ser outro: em São Paulo, o nível de conhecimento do aluno de primeiro grau “é tão baixo” quanto no Nordeste.

Tão grande é a carência de professores, pelo País todo, que não há como selecioná-los do prisma pedagógico. Em março do ano passado, uma pesquisa da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) provou que somente 6,7% dos professores da rede estadual de ensino paulista possuíam curso superior em instituições tipificadas como de “bom padrão educacional”, com alguma tradição na formação do educador. Essa é a outra face do mesmo mal: oferecer a confirmação burocrática pelo diploma “a quilo” não transmite instantânea eficiência ao ensino ministrado. Já cumprimos esse caminho, com resultados também já conhecidos. Construir um ensino de primeiro grau eficiente exige definição de política educacional edificada a partir de objetivos pedagógicos precisos, em que a formação do educador ocupe lugar de absoluta prioridade. É o que temos acompanhado nos últimos tempos?